

Aras contesta conduta de professor da USP que criticou sua atuação

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, registrou representação na Universidade de São Paulo (USP) contra o professor Conrado Hübner Mendes, da Faculdade de Direito da instituição, devido a alegações contra a sua figura. O PGR também já ajuizou ação penal contra o colunista da *Folha de S.Paulo*.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



PGR Augusto Aras enviou representação à USP e ajuizou ação penal contra professor Rosinei Coutinho/STF

Em documento enviado ao reitor da universidade, Vahan Agopyan, Aras descreve a conduta antiética do professor, que teria ocorrido na forma de ataques pessoais à sua honra. Segundo o PGR, os termos usados por Conrado ultrapassam a crítica ácida "para flertar com o escárnio e a calúnia". Aras pede que a USP apure a conduta do professor e submeta a representação à sua Comissão de Ética.

Em janeiro deste ano, o professor usou sua conta no Twitter para se referir a Aras como "Poste-Geral da República" e "servo do presidente" Jair Bolsonaro. Também acusou PGR de se omitir quanto à responsabilidade do governo nas tragédias decorrentes da crise de Covid-19.

No mesmo mês, Conrado publicou em sua coluna na *Folha de S.Paulo* um [texto intitulado](#) "Aras é a antessala de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional", no qual reforçava as acusações. Na ocasião, ainda sugeriu que o PGR promove engavetamentos de investigações criminais contra aliados de Bolsonaro e desmonta forças-tarefa de combate à corrupção.

Divulgação



Conrado Hübner Mendes, professor da Faculdade de Direito da USP
Divulgação

"No caso concreto, o representado não se limita a promover crítica mediante narrativa ou simplesmente formular uma crítica ácida ou com teor altamente negativo, ele imputa ao representante a prática do crime de prevaricação descrito no artigo 319 do Código Penal", indica Aras no documento.

O PGR acusa o professor de cometer os crimes de calúnia, injúria e difamação por meio de suas afirmações. Ele ainda lista sua versão de todas as queixas apresentadas por Conrado e nega ter cometido qualquer dos atos a ele atribuídos. De acordo com Aras, desde sua posse foram autuados 78 processos administrativos de apurações envolvendo o presidente.

Aras lembra que Conrado se apresenta como professor da USP tanto em sua conta do Twitter quanto em sua coluna na *Folha*. Assim, ele estaria usando de sua posição na universidade para cometer crimes contra a honra do PGR. "Além de se utilizar de linguagem sórdida, assim o faz sem confirmar a veracidade e procedência das informações, escamoteando fatos relevantes que contariam suas alegações, omitindo-se, portanto, no dever de expor a verdade dos fatos no intuito de apresentar sua mentirosa versão, conspurcando a realidade das circunstâncias em prol de uma narrativa sensacionalista e sabidamente inverídica", pontua.

Em sua conta do Twitter, neste sábado (15/5), Conrado criticou a representação enviada pelo PGR. Segundo ele, seria mais um episódio do "Estado de intimidação", promovido por "autoridade que explodiu a dignidade do cargo que ocupa, contra um professor que tenta exercer liberdade de crítica".

Em nota, a USP afirmou que "tem como um de seus pilares a liberdade de expressão e de manifestação". "É um local de debates, onde todas as opiniões e ideias são respeitadas e consideradas. Este posicionamento faz parte do entendimento da autonomia plena da universidade tanto acadêmica quanto de gestão."

A Procuradoria-Geral da República defendeu a regularidade dos atos de Aras, sejam eles relativos ao presidente Jair Bolsonaro ou ao professor Conrado Hübner Mendes.

No cado das representações contra o presidente relacionadas à pandemia de Covid-19, a PGR informou que "todas têm sido analisadas com base nas leis e na Constituição, e as manifestações do PGR têm sido acolhidas pelo Supremo Tribunal Federal".

No caso do professor da USP, a Procuradoria afirmou que as declarações de Hübner Mendes "extrapolam a liberdade de expressão, porque caluniam, difamam e injuriam o PGR".

A PGR disse que o documento foi remetido ao Conselho de Ética da universidade "para aferir a conduta de um docente que integra o mesmo sistema educacional federal que o professor Augusto Aras também integra há mais de 30 anos, pois sempre lecionou em universidades públicas".

"A questão posta não é a crítica, e sim a sua falta de fundamento e a forma desrespeitosa como é feita. A PGR reitera que as manifestações do procurador-geral têm sido acolhidas pelo STF" afirmou a PGR.

Clique [aqui](#) para ler a representação

Date Created

16/05/2021